INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1363 - 01 de junho de 2017

·IMPRESSO·

10 Congresso Empregados da Celesc

DIRETAS JÁ

População retorna as ruas pedindo a queda do Governo Temer e eleições diretas

TERMO DE SIGILO

Intercel orienta celesquianos a não assinarem o documento

10 PROPOSTAS

Frente Brasil Popular lança plano de emergência para a crise

CELESC

10º CONGRESSO DOS EMPREGADOS DA CELESC

Durante 3 dias, trabalhadores da empresa debateram a manutenção da concessão da Celesc Pública

Nos dias 25, 26 e 27 de maio os celesquianos participaram do 10º Congresso dos Empregados da Celesc. Após 20 anos de sua primeira edição, o evento foi realizado em Chapecó, e contou com a participação de cerca de 150 delegados de todo o estado, debatendo os desafios para a manutenção da concessão da Celesc Pública. Maior evento de debate da gestão da empresa, o congresso dos empregados novamente consolidou a proposta de gestão participativa iniciada pelos sindicatos da Intercel em 1997.

"O congresso dos empregados consolidou a proposta de gestão participativa iniciada pela Intercel em 1997"

Pela primeira vez um congresso dos trabalhadores teve a presença do Governador do Estado, responsável pelo controlador da Empresa. Além de Raimundo Colombo, também estiveram presentes o Deputado Federal Pedro Uczai, os Deputados Estaduais Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Cesar Valduga e Gelson Merísio. Completando a participação política, na abertura, o prefeito em exercício de Chapecó, Élio Cella, e o vereador e chefe da Agência Regional da Celesc, Aderbal Pedroso da Silva.

Na tribuna da abertura, os políticos do estado elogiaram a Celesc e os trabalhadores, manifestando posição favorável à manutenção da empresa pública e dos catarinenses. O representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes da Silva, ressaltou a importância da história do Congresso, único evento de trabalhadores no país que se propõe a discutir a gestão da empresa.

PALESTRAS

Durante o Congresso os trabalhadores tiveram a oportunidade de assistir a palestras que balizaram as atividades de grupo.

A primeira palestra foi logo após a abertura do Congresso. O professor de Filosofia da USP e ex-ministro da Educação, Roberto Janine Ribeiro, conversou com os trabalhadores sobre a conjuntura política nacional, debatendo os rumos do Brasil atual.

Na manhã de sexta-feira, o jornalista da Intercel e Diretor do Sindinorte, Paulo Guilherme Horn, apresentou aos trabalhadores os debates realizados nos Seminários Regionais, preparatórios para o congresso. Na sequência, o Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Distribuição e Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostrou aos trabalhadores a visão do órgão regulador sobre a construção e fiscalização dos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica.

Falando especificamente sobre o contrato de concessão da Celesc, o Chefe do Departamento de Regulação Técnica e Comercial da empresa, Fábio Valentim, apresentou aos participantes as metas e desafios que os celesquianos enfrentam para manter a concessão.

No final da manhã de sexta, os trabalhadores tiveram uma visão ampla das disputas políticas e econômicas que acontecem atualmente no Brasil. O economista e Supervisor Técnico do Dieese em Santa Catarina, José Álvaro Cardoso, apresentou os ataques aos direitos sociais e trabalhistas e a necessidade de reação da classe trabalhadora.

A palestra final ficou a cargo do Presidente da Celesc, Cleverson Siewert, que apresentou aos trabalhadores as ações da empresa para cumprir as metas determinadas pela Aneel.

Para o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes, "as palestras foram fundamentais para estimular os debates entre os trabalhadores, fundamentais para construir nossa pauta unificada de atuação".

HOMENAGEM

O último momento do 10º Congresso dos Empregados da Celesc abordou os trabalhos em grupo dos delegados, retirando as resoluções e orientação para o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes da Silva, e para os sindicatos da Intercel. A plenária debateu pontos importantes que demandam atuação conjunta das entidades sindicais e do Conselheiro eleito.

Foram, também, aprovadas duas moções: a primeira para que as entidades sindicais procurem os pré-candidatos ao Governo do Estado nas eleições de 2018, para que esses firmem compromisso com a manutenção da Celesc Pública. A outra moção trata do repúdio dos trabalhadores às reformas trabalhista, previdenciária e terceirização.

Ao final do evento, os participantes aprovaram a proposta de homenagear dois companheiros históricos do movimento sindical que nos deixaram precocemente: Vitor Schimidt e Juraci Bolognest. Vitor Schimidt foi dirigente sindical do Sinergia, vereador em Florianópolis e grande liderança dos trabalhadores. Juraci Bolognest foi dirigente sindical do Stieel e membro da Intersul durante muitos anos, lutando sempre ao lado dos trabalhadores.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amilca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

DIRETAS JÁ

NOVAMENTE, BRADAMOS: DIRETAS JÁ

População toma as ruas pedindo a queda de Michel Temer e a convocação de eleições diretas

No último domingo, dia 28/05, milhares de pessoas tomaram as ruas para reivindicar o fim do governo Temer e a realização de eleições diretas. Com o aumento vertiginoso de denúncias de corrupção do Governo Temer, atingindo grandes expoentes da direita nacional defensora do golpe contra os trabalhadores, a classe política tem se organizado para, além de frear as denúncias e anistiar os corruptos, eleger indiretamente um novo presidente que encaminhe as reformas que destróem os direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros.

Organizados por entidades sociais e sindicais que já organizaram os atos e a greve geral nacional, os brasileiros retomaram a luta pelo respeito ao voto popular. Em um país com a democracia suspensa e axincalhada pelo golpe, a população não aceita mais que corruptos e corruptores decidam os rumos do Brasil. Reeditando a luta por diretas já que marcou o período final da Ditadura militar no Brasil, artistas realizaram grandes shows em defesa da Democracia.

A crise política brasileira só pode ser resolvida através do voto direto. Intercel e Intersul continuarão lutando junto às entidades sindicais e sociais nacionais para que o povo brasileiro seja respeitado e defina através de eleições o projeto político que quer para o Brasil.

GOLPE

PROGRAMA POPULAR DE EMERGÊNCIA

Frente Brasil Popular lança 10 porpostas para o Brasil sair da crise

A saída para o Brasil não passa pelo ataque aos direitos da população, como quer o Governo Federal. Para combater a visão de Michel Temer apoiada pelo empresariado nacional, a Frente Brasil Popular (FBP) editou o documento "Plano Popular de Emergência" com 10 propostas para o Brasil sair da crise.

Segundo a FBP, "as propostas do Plano Popular de Emergência podem inverter, no mais curto espaço de tempo, os atuais indicadores econômicos, sociais e políticos. É um projeto nacional de desenvolvimento que visa a fortalecer a economia nacional, o desenvolvimento autônomo e soberano e enfrentar a desigualdade de renda no Brasil. Entre outras medidas, a FBP defende "a realização de eleições diretas em 2017 para restabelecer a democracia e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar reformas estruturais democráticas".

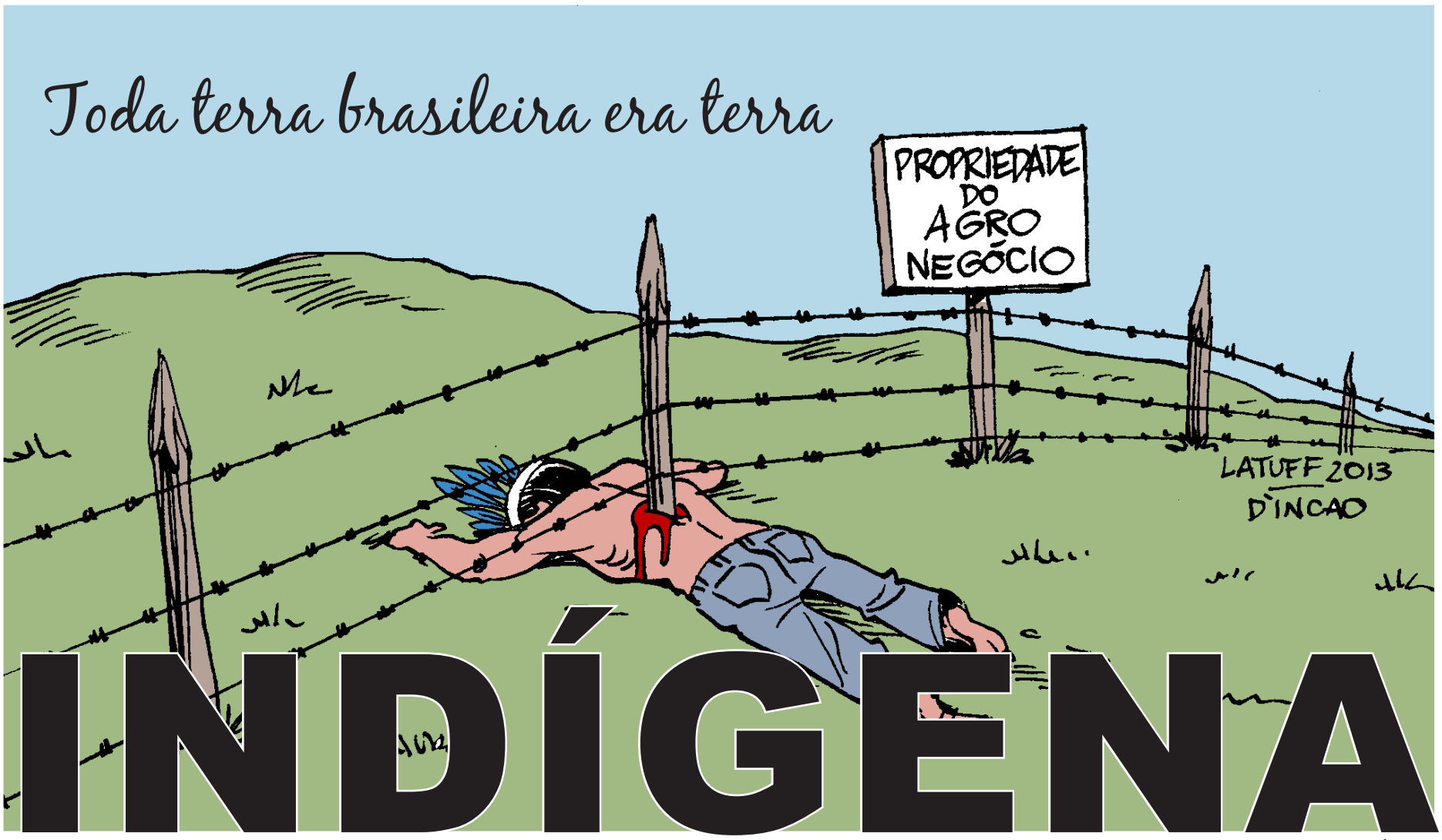
Os 10 pontos listados no documentos são: 1- Democratização do Estado; 2- Desenvolvimento, emprego e renda; 3- Reforma agrária e agricultura familiar; 4- Reforma Tributária; 5- Direitos sociais e trabalhistas; 6- Direito à saúde, à educação, à cultura e à moradia; 7- Segurança Pública; 8- Direitos Humanos e cidadania; 9- Defesa do meio-ambiente; 10- Política externa soberana. O documento está disponível nos sites do jornal Brasil de Fato e da Mídia Ninja, além de estar disponível no facebook da Intercel.

CELESC

NÃO ASSINEM O TERMO DE SIGILO

Novamente Intercel orienta trabalhadores a não assinarem nenhum termo apresentado pela Diretoria

Novamente a Celesc tem cobrado dos trabalhadores a assinatura de um "termo de responsabilidade e sigilo" de informações da empresa. Segundo a empresa, a assinatura é exigência da governança corporativa da empresa. Entretanto, já em 2016 os sindicatos da Intercel comunicaram aos celesquianos que a solicitação não deve ser acatada. Em texto publicado pelo jornal Linha Viva os sindicatos avisavam: "a exigência é DESCABIDA, tendo em vista que as informações que possuem caráter sigiloso já são protegidas pelo Código de Ética e por lei, por isso não necessitam de assinatura de termo algum de responsabilidade ou sigilo. As regras de sigilo estão devidamente expressas em lei, sendo que as demais informações que trafegam pela empresa, pela própria natureza PÚBLICA da entidade não podem ter sua divulgação vedada". É preciso que os trabalhadores compreendam que, mesmo sem a assinatura, ao dar ampla publicidade das regras e exigências, a Celesc já cumpre o papel legal e os trabalhadores ficam sim sujeitos à política de privacidade de informações. Portanto, reafirmamos aos trabalhadores: não assinem o termo de responsabilidade e sigilo apresentado pela empresa.



INDÍGENA

por Vivian Celestino

O problema indígena é o problema do brasileiro e deve ser encarado como fundamental para a continuidade de toda espécie viva. O vídeo publicado por Daiara Tukano em 2015 viralizou na internet à época, mas o assunto ainda é motivo de preocupação. No vídeo a indígena relata o massacre ocorrido contra o povo Guarani Kaiowá e comove a população de forma dramática, mencionando mortes e agressões a inocentes, além de suicídios de indígenas. Em seu perfil na internet, a estudante explica a situação e faz um apelo para que o povo colabore da forma como puder, não votando em ruralistas, denunciando abusos, divulgando a cultura indígena através de pesquisas, vídeos e textos ou doando itens de necessidade básica aos povos indígenas mais próximos.

Existem no Brasil 252 povos indígenas falantes de mais de 150 línguas, porém essa diversidade cultural e linguística indígena era muito maior no início da colonização brasileira. Hoje em dia as línguas mais faladas pelos indígenas são o tikuna do Amazonas (34 mil), o guarani kaiowá do Mato Grosso do Sul (26,5 mil) e o kaingang do Sul do País (22 mil). Dentre as terras indígenas do Sul do País e Mato Grosso do Sul, por exemplo, existem os grupos Guarani Mbyá, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Terena, Kaingang, Xokleng, Ofayé Xavante, entre outros.

De acordo com o Censo do IBGE (2010), a população indígena é composta por 817.963 indígenas (0,47% da população brasileira). A maioria dos indígenas vive em terras com limites físicos demarcados pelo Governo Federal, de usufruto exclusivo deles. De acordo com o site do Instituto Socioambiental (ISA), existem hoje no país 703 Terras Indígenas, sendo que 118 estão em processo de estudo para demarcação. Essa demarcação, porém, é insuficiente para resolver o problema indígena. As terras situadas próximas ao litoral são as mais valorizadas e, devido a isso, são mais disputadas pelos ruralistas, gerando conflitos e situações onde os poderosos levam vantagem. Um exemplo disso foi o episódio em que indígenas do povo Gamela tiveram as mãos decepadas no Maranhão. O Governo Brasileiro teve de prestar explicações sobre o ocorrido, entre outros assuntos, em recente reunião da ONU.

Em 2015, último ano com dados sistematizados, 137 indígenas foram assassinados no Brasil.

A questão indígena requer cuidados e vontade política, porém o que ocorre é justamente o contrário. Devido à agenda anti-indígena que tomou conta do Governo e do Congresso Nacional, foram cortados recursos financeiros e do quadro de pessoal da FUNAI, ocasionando a asfixia do Órgão. Iniciativas como a PEC 2015 e a CPI da FUNAI, que criminaliza os povos indígenas e organizações da sociedade civil que as apoiam, ganham cada vez mais força e só aumentam os problemas.

Historicamente a FUNAI sempre foi a mais pobre de todas as autarquias brasileiras, seguida do INCRA, que trata dos assentamentos e do georreferenciamento dos imóveis rurais. Ambas estão sucateadas e mal aparelhadas. Acredita-se que se as duas entidades cumprissem efetivamente sua função social, o Brasil poderia resolver finalmente, muitos dos problemas que possui, por exemplo: a demarcação de terras indígenas e o assentamento dos sem terra; a extinção dos latifúndios; a distribuição de terras e o incentivo à agricultura familiar e segurança alimentar; a erradicação da fome e da pobreza; a preservação dos recursos terrestres, minerais e vegetais; e o retorno à soberania nacional acerca desses recursos.

O indígena, por sua natureza, é o maior preservador do meio ambiente. Faz parte de seu dia a dia o cuidado e o respeito pela fauna, flora e recursos minerais, como a água e a terra, assim como ao cultivo de crenças e hábitos e seu repasse aos mais jovens. Existem críticas impensadas sobre o ser indígena e muitos chegam a dizer que os mesmos não devem ter acesso a automóveis, celulares e demais adventos tecnológicos da denominada civilização. Mas se o índio que foi expurgado de suas terras, que foi obrigado a conviver com os ditos cidadãos civilizados, não puder ter acesso à modernidade, quem mais terá esse direito? Será que ao índio restam apenas os males da civilização, como doenças, poluição e degradação da biodiversidade?

O indígena real, mesmo não conseguindo ou não podendo viver como um indígena conceitual (imaginado por muitos) tem os mesmos direitos enquanto cidadão que qualquer outro cidadão não indígena. Afinal de contas, ninguém julga um cristão, um cigano, um muçulmano ou um judeu por utilizar as novas tecnologias, mas muitos se colocam no direito de julgar os indígenas por quererem partilhar das objetivações construídas histórica e culturalmente pelos seres humanos. Ser indígena é partilhar usos e costumes inerentes à cultura indígena e fazer questão de compartilhá-las também com os seus descendentes. É isso que os indígenas querem e é para isso que eles lutam. Estando ou não na mata, na terra demarcada, no trabalho, na universidade ou em qualquer outro espaço, o indígena retorna ao final do dia para a sua individualidade, em sua casa ou sua oca, e realiza seu ritual de reza/oração, o que deve ser respeitado.

Um dos problemas de muitos brasileiros é enxergarem-se europeus demais em relação a sua própria etnia e paradoxalmente absorver impensadamente a cultura norte-americana do desperdício. Em contrapartida, desprezam e ignoram o fato de também possuírem sangue indígena. A cultura indígena está dentro de nós no momento em que, através de nossa própria língua portuguesa abrasileirada, absorvemos e falamos palavras tipicamente tupi-guarani. Lutar pelos indígenas é se colocar no lugar de indígenas, muito mais do que o restrito ato de publicar na internet, no dia 19 de abril, a fotografia de seu filho ou filha com carinhas pintadas de índio.

Acompanhe a mídia indígena Rádio Yandê e as páginas das organizações indígenas nacionais e regionais: Acampamento Terra Livre, APOINME, ARPINSUDESTE, ARPINSUL, APIB, COIAB Comissão Guarani Nhemonguetá, Conselho Aty Guasu, Conselho Terena.

O povo indígena agradece!

Vivian Celestino é trabalhadora da Eletrosul e dirigente sindical do Sinergia